

DA CIDADE DE GOIÁS À GOIÂNIA: NARRATIVA E REPRESENTAÇÃO DO
LOUCO E DA LOUCURA EM GOIÁS (1930-1954)¹

Ronivaldo de Oliveira Rego Santos²

Resumo: Trata-se de discutir o modo como a loucura era representada e tratada em Goiás durante a transição da sede da capital da Cidade de Goiás para Goiânia. Para isso, lança-se mão dos trabalhos de Cora Coralina, que traz à tona uma série de descrições acerca dos tipos de rua, que viviam na antiga capital. No mesmo sentido, encontra-se no texto de Bernardo Elís, *André louco*, uma ambientação verossímil em relação à cidade de Goiás. Em ambos os textos há muitas representações sobre o louco e a loucura que situam e contextualizam a loucura antes da construção da nova capital. Outras narrativas são analisadas, entre elas, os discursos políticos, como por exemplo, os de Pedro Ludovico, escritos no relatório para o então presidente Getúlio Vargas, no ano de 1933. Esses textos narram as histórias da loucura em Goiás, sobretudo na Cidade de Goiás, embora de modo muito diferente das narrativas literárias. Em seguida apresenta-se a loucura em Goiânia, no decorrer de seus primeiros anos. Mostra-se a loucura e o louco como frequentadores das ruas, fazendo delas seu *habitat*, as ruas como produção poética e artística de existências tão singulares. Finalmente, discute-se a contextualização do lugar da loucura na nova capital, a partir de inauguração, em 1954, do Hospital Psiquiátrico Professor Adauto Botelho, cujo discurso de inauguração será também objeto de análise. Durante essa análise, tenta-se mostrar como o discurso de modernização e ‘melhoramento do povo’ está atrelado à vontade de ordem e de exclusão das pessoas que estão fora de determinados padrões construídos socialmente como normais.

Palavras-chave: Loucura em Goiás.

INTRODUÇÃO

A loucura, antes da construção de Goiânia, apresenta nuances próprias, afinal de contas, o que se tem é a alusão ao bobo, ao idiota, ao demente, ao louco e ao alienado, que ora vivem nas ruas, ora vão para a cadeia e em outros casos têm como lugar os hospitais destinados à tentativa de tratamento. Antes de se tratar dos loucos como internados, convém falar deles, como aqueles que faziam/fazem parte das experiências da cidade e ao mesmo tempo são marginalizados.

A transição da loucura das ruas para o manicômio é um processo que se naturaliza com a emergência dos ideais modernizadores no Brasil e em Goiás. Goiânia, cidade criada

¹ Este texto é um recorte de minha pesquisa de mestrado “O projeto do hospital psiquiátrico Adauto Botelho de Goiânia em uma História da Loucura no Brasil (1930-1950)”, desenvolvida sob a orientação do prof. Dr. Eduardo Sugizaki. Esta pesquisa contou com o financiamento da FAPEG.

² Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Docente dos cursos de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Campos Belos, e da Rede Municipal de Ensino de Campos Belos - GO. Contato: roniregogo21@gmail.com

para o símbolo de civilização, progresso e saúde, não tentou alcançar esses objetivos senão por meio de políticas e instituições excludentes e binárias.

Neste texto discute-se os processos de construção das representações da loucura no movimento, na transição da capital de Goiás da cidade com seu nome para Goiânia. Enquanto na cidade de Goiás essas percepções são apresentadas por meio da literatura e da discursividade oficial, em Goiânia a loucura se tornará assunto a partir dos movimentos de construção do manicômio do Estado, em 1954. Quero, portanto, mostrar para o leitor que não se trata de uma representação naturalizada, e uma interpretação do modo como a loucura é construída em Goiás como um algoz da civilização e da modernidade.

A loucura na Cidade de Goiás e outras analogias

Na cidade de Goiás, a loucura era vista ao mesmo tempo como problema e como necessária. Isto é, enquanto estavam na rua provocando a desordem e incomodando as outras pessoas, ela era considerada problema. Mas era necessária pois, entre outras coisas, as pessoas loucas faziam trabalhos diversos para muitas famílias da cidade. Isso pode ser visto, por exemplo, no breve conto, *Miquita*, de Cora Coralina. Conta Cora que *Miquita* inicialmente tinha as mesmas vontades de todas as mulheres, faltavam-lhe apenas atributos naturais mais belos. Todavia, depois de se casar e seu marido abandoná-la, começou a ser vista pelas ruas da cidade, pois, a vida de bater roupa na beira do rio “[...] não dava a ela nem para o aluguel do quarto sujo”. Diante disso,

Jogou fora os sapatos cambados. Vestiu uns por cima dos outros, os três vestidos repuxados que possuía. Ajeitou rodinha. Botou pote na cabeça e passou a carregar água, da Carioca para a casa de uns e de outros. Trabalho mal pago, embora sempre lhe dava sobra de almoço e jantar, canto para dormir e um ou outro cruzeiro para cigarro e pinga – seu maior prazer (CORALINA, 2006, p. 49-50).

Mas essa não era uma vida apenas de vagar calmamente pelas ruas, ou de pequenos conflitos com as crianças. Era também de uma tragicidade existencial³. Sobre isso, a continuidade do conto é interessante. Depois de ter ganhado um vestido como pagamento de um dos trabalhos, se vestiu e foi para um bar. “Foi entrando, se requebrando, toda feliz e

³ O sentido dado a essa expressão é nietzschiano. Trata-se de pensar na perspectiva da reflexão apresentada em *O nascimento da tragédia*, livro no qual Nietzsche discute a importância de nos reinventarmos continuamente, para além dos padrões. Tal condição é possível segundo o filósofo por meio retorno aos gregos pré-socráticos.

sorridente. Uma roda de homens olhava com cinismo o fuzuê do mulherio assanhado. Miquita passou rente. Esbarrou com propósito canalha no primeiro e esclareceu: - Eu também sou mulher-dama” (CORALINA, 2006, p. 51).

No dia seguinte, após ter sofrido com a violência dos homens, ela não se abateu e foi, toda machucada, pegar as latas d’água. Quando a questionaram: “ - Coitadinha da Miquita... Caiu da escada da Carioca com pote de água na cabeça... se machucou, não foi Miquita?” (CORALINA, 2006, p. 51). *Miquita* prontamente respondeu: “- Foi não, dona... Caí nada não... É só que muié de bem que nem eu, não pode se misturá com muié-dama” (CORALINA, 2006, p. 51).

Outro texto da literatura goiana que fala do cotidiano do louco em Goiás, é o conto de Bernardo Élis, *André louco*. Novamente uma narrativa que mostra a presença, não apenas dos tipos de rua, mas da loucura nas ruas. Ao andar pela cidade causava o misto de curiosidade e medo. Após ser chamado pela sua mãe para rezar, a criança, que narra a história, diz: “Daí a pouco ouvi um barulho de correntes se arrastando nas pedras das calçadas, lá fora. A cachorrada latia desesperadamente pela cidade” (ÉLIS, 2005, p. 19). Após perceber a presença do louco nas proximidades de sua casa o personagem sente-se assustado, mas continua ouvindo o desenrolar da caminhada de André.

O louco parece ser o responsável pelas as mortes, crimes e roubos na cidade e nas proximidades. Isso pode ser visto, por exemplo, quando, depois de ter desaparecido durante um período de tempo, as notícias sobre André apareceram, atribuído a ele o incêndio no rancho de Lorindo.

Ele [Lorindo] estava na roça mais a mulher e três filhos pequenos. Em casa, tinha deixado a filha mais velha, de oito anos, com dois menores. Nisto a menina chega gritando na roça: que tinha um homem no rancho batendo nos meninos e querendo atacar fogo na casa. Quando Lorindo chegou, só restava a fumarada. Um dos meninos nunca mais encontraram. *A notícia correu e ninguém pensou senão em André Louco* (ÉLIS, 2005, p. 22-23, grifo nosso).

Observa-se que não se pode nem mesmo dizer que de fato as notícias sejam de André, muito menos asseverar que tenha sido ele o autor do incêndio no referido rancho. Trata-se de uma construção social e imaginária de que o louco possa, supostamente, ter cometido o crime. Atribuíram também a André a tentativa de estrangulamento de “Luciana, mãe dos Peixotos da Varginha” (ÉLIS, 2005, p. 23). Em ambos os casos, se foi o louco, não

se sabe, mas ele não era ouvido, sua palavra não seria considerada diante de testemunhos de pessoas consideradas normais e lúcidas.

Por outro lado, o louco é, igualmente, visto como coitado, suas ações são irracionais, ele é demente. No mesmo sentido destaca-se a presença contínua do louco na vida da cidade, presença que se faz por meio dos gritos ou pelo barulho das correntes arrastadas pelas ruas. Sobre essa presença constante da loucura e sua relação com a sociedade se pode observar o seguinte caso. Após um homem ter invadido a casa de João, sua mulher entra em choque. Em seguida João expulsa o “invasor” e continua próximo à sua esposa, que não lhe deixava sair, permanecendo desesperadamente imóvel. Após os questionamentos de João, Josefa justifica a sua condição desesperada:

- Fita, não, João! Agente estava aí distraída, costurando, com os gritos do Louco nos ouvidos. Com pouco, olhe o homem entrando pela casa adentro, correndo para minha banda, caíndo de joelhos e chorando... Quando compreendi, já era tarde para governar meus nervos (ÉLIS, 2005, p. 35).

Josefa atribui o seu desespero as distrações, à costura e aos gritos incessantes do louco, presentes em seus ouvidos. Não só os gritos estavam incomodando, mas a própria presença do louco causa problemas. Ao que parece, Élis quer com isso, mostrar mais uma imagem construída sobre a loucura. A loucura causa do desordenamento das coisas, interferindo não só na coletividade, mas provocando a perda da razão, ainda que provisória, dos indivíduos não-loucos.

Outras representações acerca das supostas anormalidades comportamentais são descritas, senão sob o pretexto da loucura, pelo menos com a pretensão de enaltecer critérios morais determinantes para a construção e estigmatização de personagens como, por exemplo, Maragã. Esta por querer continuar a dormir com seu irmão, havia matado a sua mãe. Como castigo, ela se tornou, além de pecadora, uma espécie de amaldiçoada. Nas noites de quaresma, conta Élis, pela boca de seus personagens, que ela, Maragã, se tornava um cão e comia os cueiros, além de ficar espiando pelo buraco da fechadura das casas.

Mais do que a percepção dessa personagem que se encontra no lugar reservado senão para a loucura, pelo menos da anormalidade, trata-se de observar como o seu comportamento penetra na sociedade. O fato dos cachorros latirem e incomodarem na noite da quaresma, a invasão desse ser metamorfoseado em cão nos quintais, a invasão da privacidade por meio da expiação da casa. Todos esses elementos fantásticos alteram a percepção da personagem,

Anais da III Semana de Línguas e Literaturas do Campus Campos Belos. UEG, 2017. p.48-63.

tornam-na um ser com comportamentos desrazoáveis frente as outras pessoas ditas normais. Além disso, força a secularização do imaginário segundo o qual Maragã teria sido castigada por seu pecado. Uma secularização dos preceitos morais para a construção da personagem como anormal.

A construção da loucura e da anormalidade só são possíveis pelos diversos níveis discursivos. Entre elas se destacam, por exemplo, a narrativa ritualística e mitológica. Essa percepção mitológica, que circunscreve Maragã, tornando-a um ser desviante, em uma cidade qualquer de Goiás, possivelmente, nas primeiras décadas do século XX, também situava a loucura, na transição da Idade Média para a Renascença, naquilo Foucault identificou, em *História da Loucura*, como sendo o pertencimento da loucura às quimeras do mundo, uma espécie de erro ou de ilusão. Enquanto era possível a liberdade os loucos continuavam a causar ao mesmo tempo medo e encantamento, receio pela desordem e alegria pela quebra do marasmo e do tédio impregnado na cidade e nos seus moradores. Tal ambiguidade pode ser vista no seguinte trecho:

- Precisamos do louco, seu João! Precisamos muito dele. Sem o Louco ninguém aguenta a insipidez da cidade.
- Deus me livre desse movimento, exclamou a mulher do juiz.
- Se não fosse o Louco não teríamos hoje esse prosão animado, - continuava chistoso o dentista (ÉLIS, 2005, p. 84-85).

Não é o caso de dizer que a cidade representada por Élis produz uma abertura para os loucos. Por um lado, é possível que o texto apenas mostre uma abertura do autor para a loucura. Por outro, é inegável que o autor traz à tona a multiplicidade de percepções sobre a loucura na cidade. Uma mistura de ficção com realidade que lembra, muito, por exemplo, o caso da cidade de Goiás. Essa face mostra-se por exemplo pela proximidade dos moradores do conto de Elis André, que “[...] se encontra neste local pequeno e distante, onde os moradores sabem seu nome, conhecem sua origem” (PAULA, 2012, p. 135). Neste sentido, mesmo “[...] que a categoria *Louco* esteja ali representada, a nomenclatura vem antes dela, possibilitando uma maior intimidade entre os moradores e este sujeito” (PAULA, 2012, p. 135).

Outra percepção fundamental aqui é a oficial. A posição de Pedro Ludovico Teixeira, para quem a existência dos bobos seria como lembra Meireles (2010) algo institucionalizado pelos vilaboenses. O interventor do Estado falará sobre a presença do bobo de uma maneira

diversa das até então apresentadas aqui. Para o interventor os bobos seriam a representação, senão a maior, pelo menos uma das mais importantes, desveladora do quão decadente seria aquela cidade. Alongava-se demasiadamente a demora em mudar a capital de Goiás. Diz o interventor e entusiasta mudancista: “A contingência secular de necessitar a população de um *exercito* de baldeadores de agua, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local – o bôbo” (TEIXEIRA, 1933, p. 115). Em seguida, destaca o modo como se institucionaliza o bobo naquela cidade.

Caracteriza-se esta instituição pela *tendencia* comum, *verificavel* em muitas das *familias* goianas, de manter cada uma delas um bôbo – mentecapto, idiota, imbecil – para o serviço de transportes domésticos, especialmente o de agua. Há numerosas *familias* que se beneficiam dos serviços desses *desherdados* da sorte, transformando-os em escravos *irremissiveis*, a troco dos restos de comida e de um canto para dormir, não raro entre os animais domésticos (TEIXEIRA, 1933, p. 115).

Mais ainda:

Contam-se ás dezenas, nesta Capital, os infelizes *classificaveis* no extenso grupo *patologico* dos *debeis* mentais, desde os imbecis natos até os cretinizados pela *miséria* física ou por outras causas degenerescentes, congêntas ou adquiridas, os quais, como verdadeiras máquinas, se esbofam nos trabalhos caseiros das *familias* que os acolhem (TEIXEIRA, 1933, p. 115).

Pelo que se observa a loucura transitando livremente pelas ruas, becos e esquinas goianas, potencializou diversas percepções sobre a loucura. Ora positivas, ora negativas, algumas vezes profundamente elogiosas, outras deladoras da suposta decadência dos habitantes não só da antiga capital, mas dos goianos, em geral. Sendo assim, a respeito da representação da loucura, ou daquilo mais tarde vinculado, em Goiás a casos de psiquiatria, até final do século XIX e o início do XX, havia, no limite, uma ambivalência: se era um acontecimento considerado por uns como natural, ou como uma questão de necessidade. Para esses, a loucura sequer seria considerada uma moléstia grave, embora já se encontrasse descrita como doença, como condição que figurava na forma da normalidade (SALLES, 1999).

No entanto, para outros, especialmente a partir do momento da emergência dos ideais sanitaristas, era uma doença que assolava a sociedade, perspectiva ratificada quando ocorriam

casos de extrema agressividade, como no de André louco ou explicitado pela vontade mudancista de Pedro Ludovico.

O lugar de destino os loucos eram ou as delegacias ou os asilos. A premissa observada na citação aponta para o trânsito dos loucos pelas ruas das cidades. Era, portanto, inicialmente seres desviantes, parte integrante da paisagem citadina. Os alienados iam para o asilo ou para a prisão quando se tornavam agressivos ou apresentavam *delírio* muito acentuado. Como foi o caso do personagem de Élis (2005), preso acusado de cometer um assassinato.

A preocupação com o movimento e a quantidade de loucos pela cidade, não obstante seu sentido místico, fantástico, seus serviços prestados, não impediram a inserção do louco em um espaço disciplinar. Eles, *a priori* iam para a cadeia ou para algum hospital. As palavras de Josefa, personagem de Élis (2010) apontam para o ideário de que um espaço próprio para os loucos não demoraria a chegar às terras goianas. Enquanto isso a loucura continuaria sendo aprisionada na cadeia.

[...] André não corresponde apenas à figura do louco que deve ser excluído, mas demonstra como essa exclusão acontece a partir dos causos e histórias que surgem a partir das relações sociais. Da liberdade à prisão, Bernardo Élis traduz um determinado costumes em Goiás: o aprisionamento de seus doentes mentais. A eliminação da figura pública torna-se uma prática comum desde cedo no Estado, o cárcere aparece como única saída para a conturbada relação entre o louco e a sociedade tida como normal (PAULA, 2012, p. 130).

O final do texto de Elis, no entanto, mostra o modo extremo no qual se chega para se retirar o indivíduo desviante, do meio da sociedade. No caso do texto Elis, André saiu da prisão e não foi para o manicômio, mas para um curral, no qual ficou preso até morte.

Após ter quase matado seu sobrinho, André fora espancado várias pessoas, chegando os bichos de pé até a saírem de seu corpo. Dias depois passaram por lá uma leva de baiano, que ensinaram um outro modo, mais eficaz de prender o louco, que de pronto foi aceito pelo irmão de André. Esse modo consistia em fazer uma roupa de couro na qual André ficaria totalmente dominado. Alguns dias depois, o Baiano tratou de mostra o uso do instrumento feito por ele. Colocou André pendurado no curral, sem que pudesse fazer nada. Gritos foram ouvidos, e mais uma série de acontecimentos e lutas de André, sua pele ficou ferida, com o atrito do couro. Até que um determinado dia, em razão das feridas não serem tratadas, o corpo

de André amanheceu cheio de varejeiras. “De manhã cedo, nas noites quentes de setembro, o corpo de André amanhecia como se houvessem atirado punhados e punhados de farinha de mandioca – eram ovos de mosca” (ELÍS, 2005 p. 106).

Diante da situação o preparou um determinado medicamento que consistia em um banho de creolina. Fato é que, após o silêncio causado pela fraqueza de André e quebrado por grito ensurdecedor.

De repente, foi aquele urro estrondoso. A caveira de André Louco se contraía em caretas de impressionar. Seus olhos despejavam chispas numa raiva que aterrorizava. Todos fugiram e o baiano içou a de novo o corpo do homem, que ficou gesticulando no ar, aos gritos, pingando pus, creolina, corós e prodriqueira. Nessa tarde o terço ia celebrar-se no Barreiro dos Buritis e para lá foram todos, abandonando André Louco aos berros, gesticulando, dançando uma dança do outro mundo, em contorções dos diabos, espirrando varejeiras [...]. À claridade vermelha e vacilante da fôrnalha, sua sombra disforme projetava-se na parede enfumaçada e no teto enegrecido, mais impressionante, mais exótico, mais desproporcional. – As bichera tá tudo morta, - exclamou o baiano. E como elas, André, Santo André Louco, mártir, orai por ele” (ELÍS, 2005, p. 107-108).

Esse é o modo como morre André. Mas não seria essa uma metáfora de como funciona o aprisionamento? Não deveriam os modos racionais e eufemistas também nos assustarem, tal como o caso da morte de André?. Esses aprisionamentos mais racionais, e sobretudo modernos, não demoraram a aparecer em Goiás.

O encerramento dos loucos, contudo, não se limitará às cadeias ou presídios. Uma das instituições mais comuns para o internamento será os asilos, onde se ajuntam todos os seres desviantes existentes na cidade. No caso específico da cidade de Goiás, essa instituição é o Asilo São Vicente de Paulo, um dos locais de encerramento da loucura. Como destaca Rildo Bento Sousa, a quantidade de pessoas que “frequentavam” essa instituição era tão grande, e com tantas peculiaridades, que havia, por exemplo, dificuldade de nomear os vários tipos de desvalidos que se encontravam. “*Loucos, alienados mentais, idiotas, cretinos, dementes, epiléticos, surdos, mudos, cegos, leprosos, morféticos, paralíticos, tuberculosos, órfãos e principalmente velhos, dentre outros, compunham o mosaico de desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo!*” (SOUSA, 2010, p. 92, *grifo nosso*). As várias formas de denominar o louco demonstram, naquele momento, caráter demasiadamente assistencial do atendimento recebido pelos doentes mentais na casa de caridade. Novas formas de disciplinamento

aparecerão com a criação do Asilo instituído inaugural do saber-poder psiquiátrico em Goiás.

Sobre os loucos no interior do asilo, Rildo Sousa (2010, p. 87), conta que “Os alienados mentais conviviam livremente com as outras *gentes* do asilo”. Destaca, além disso, a frequência das confusões envolvendo os alienados, comumente contabilizadas. Os problemas causados por essa relação dos loucos com as outras pessoas internadas, é exemplificado com a breve narrativa do caso da Irmã Maria Isabel, violentada por Antônio, que sofria de loucura. “Esses incidentes foram se repetindo, o que resultou na urgência de se construir lugares destinados aos loucos, assim como separar os demais conforme o sexo” (SOUSA, 2010, p. 87)⁴.

A situação das estruturas manicomiais, a respeito da racionalização dos espaços, da classificação dos doentes tanto pelo sexo quanto pela moléstia, tem sido pensada, pelo menos desde Pinel. A grande questão aqui é que a partir de Pinel o humanismo filantrópico e terapêutico passou a ter relações mais próximas com a medicina e com o alienismo. Nesse sentido, como diz Castel (1978, p. 227)

Controlando todas as variáveis do meio, aplicando constantemente um conjunto coerente de meios racionais a fim de vedar todas as brechas pelas quais se manifesta a desordem, recompor-se-á completamente o homem doente com um perfil normalizado [...].

Mesmo que se use de violência, autoritarismo, tudo isso passa a fazer parte de um suposto bem maior, o reestabelecimento de uma pretensa natureza racional pertencente ao homem, a sua normalização e moralização. Continua o mesmo autor a problematizar o caráter humanista que circunscreve o “cuidado” com a loucura, seus instrumentos, técnicas e instituições: “O autoritarismo violento, longe de estar em contradição com o humanismo proclamado pelos primeiros alienistas, é seu instrumento. A filosofia do tratamento moral participa certamente do otimismo pedagógico do Iluminismo” (CASTEL, 1978, p. 227). Em grande parte, as instalações, pelo menos no que diz respeito ao *modus vivendi* dos encerrados,

⁴ Cumpre destacar aqui, que o processo de desvinculação do louco das outras pessoas se dá de modo peculiar com Pinel, para quem não bastava apenas tirar as correntes dos loucos. Era preciso que os loucos tivessem um lugar próprio para as ações terapêuticas. No caso do Brasil, essa discussão sobre a necessidade de se estabelecer um local para dos loucos data, pelo menos teoricamente, de 1852, data da inauguração do Hospício de Pedro II. (Cf. CASTEL, 1978 e ENGEL, 2001).

não se alteraram drasticamente no decorrer da história. Pelo menos os mesmos sentimentos humanistas e restauradores da razão e da moral ainda estão presentes.

Sendo assim, pode-se dizer que o louco nada mais é do que um produto, isto é, o alvo das relações de poder, e, portanto, o equivalente aos efeitos de atuação das relações de poder e saber prestigiados pela medicina. Ocorre inicialmente na sociedade e posteriormente no interior das instituições, entre elas, dentro dos manicômios.

E em Goiânia, como se processava a relação dos loucos com a sociedade que os observava? Como se davam essas relações sociais entre os loucos e os tidos como normais? Era a loucura, na nova capital, *a priori*, enclausurada? Veremos no próximo tópico alguns conflitos ratificadores da construção de Goiânia e qual percepção sobre a loucura existente. Finalmente, como a ideia do asilo, na capital, só será aventada a partir do surgimento da prioridade dada à limpeza e à ordenação do espaço público.

Os tipos de rua e o princípio de isolamento

A Goiânia da década de 1940, com pouquíssimos anos de existência, ainda tentava se estabelecer nesse cenário que se dizia ser de modernização tanto social quanto da saúde. Goiânia, mesmo jovem, já abrigava, em suas ruas, as pessoas vistas como loucas. Inicialmente elas também viviam em liberdade. Os tipos da rua, aqueles que começam a ser percebidos como desordeiros. De parte da paisagem a causadores do coas, desafortunados de razão, mendigos, loucos, bobos.

Isso quer dizer que a história da loucura em Goiás também há capítulos escritos nas, pouco explorados, é verdade. Sobre os desviantes que transitam nas ruas da nova capital, aqueles que tomam as ruas como o seu lugar de existência e de liberdade. Essa condição será paulatinamente subjugada pela necessidade de se estabelecer uma ordem social, com relações harmônicas e racionais, produtos de uma sociedade idealizada para ser civilizada. Esse traço é evidenciado de maneira decisiva na *Revista Oeste*, de 1942. Em um texto, *Tipos da Rua*, cuja autoria não se explicita, há a menção a pessoas que se encontravam perambulando nas ruas de Goiânia.

Anais da III Semana de Línguas e Literaturas do Campus Campos Belos. UEG, 2017. p.48-63.

Vão se acabando os nossos tipos de rua. Não se veem hoje, como outrora, os “Funga-funga”, os “Zé Mangarito”, os “Antônio Louco” e outros, no espalhafato que armavam em plena via pública, cada qual na sua especialidade, acossados pela garotada, e que fazia muita gente vir à janela. Desapareceram (REVISTA OESTE, 07/1942, p. 12).

A menção a essas pessoas faz pensar efetivamente na rua como um local de livre circulação da loucura, aqui caracterizada pela presença dos tipos de rua. A loucura, no cenário desse período, no Brasil, ainda se vinculava aos princípios da teoria de degeneração e do organicismo alemão. Isso quer dizer que os Funga-Funga, os Zé Mangarito, os Antônio Louco eram representações de pessoas que por uma causa ou por outra frequentavam a rua, viviam nas ruas. Se não eram loucas, conforme os princípios da degenerescência, em período muito curto, seriam acometidos por algum desvio da razão.

Embora em temporalidades diferentes, o sentido da rua e os “tipos” que nela vivem é apontado por Magali Gouveia Engel, em *Os delírios da razão*. No contexto do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, a autora nos ajuda a compreender o contexto de Goiânia, nos seus primeiros movimentos.

[...] a presença da loucura nas ruas da cidade despertava o riso, a compaixão, as injúrias grosseiras e a troça, às vezes, cruel. Sentimentos mistos e contraditórios que, oscilando entre a aceitação e a rejeição, demonstram de qualquer forma a existência de um espaço de convívio entre o louco e o não-louco, no qual ambos sabiam perfeitamente como se defender um do outro. Nesse contexto, a loucura possuía uma ‘visibilidade imediata’, revelando-se aos olhos da população urbana por meio do vestuário exótico, de hábitos estranhos, de atitudes diferentes, de gestos e palavras ‘incompreensíveis’, de alterações na fisionomia [...] (ENGEL, 2001, p. 24).

Contextos diferentes, mas sentidos semelhantes sobre a rua como experimentação de si, de subjetivações originais daqueles considerados loucos. Os risos, a troça e as perseguições também ocorreram com os personagens mencionados no texto da *Revista Oeste*. Mas há pouquíssima importância atribuída aos “Tipos de rua”, uma vez que o movimento de civilização e modernização do sertão, só se sustentaria na guarida da ordem. Para isso era preciso que essas pessoas desaparecessem. E de fato “Desapareceram” (REVISTA OESTE, 07/1942, p. 12). Os tipos de rua foram e vão sumindo da paisagem e “Vai-se com eles grande parte da poesia das velhas ruas, onde o buzinar do ‘Ford’ não dá ensejo a espetáculos dessa natureza” (REVISTA OESTE, 07/1942, p. 12). Não seriam as ruas da cidade o lugar de suas

Anais da III Semana de Línguas e Literaturas do Campus Campos Belos. UEG, 2017. p.48-63.

peripécias, pois elas se tornariam o *locus* por excelência do homem civilizado e moderno. Os espetáculos dos loucos não poderiam mais ter como palco as ruas da cidade, pois são “impróprios a cidade civilizada, mas cujo sabor agradável ninguém pode contestar” (REVISTA OESTE, 07/1942, p. 12).

É nesse misto de ironia e apologia que é descrita a presença do louco e da loucura em Goiânia, nos anos de 1940. Misto de ironia e apologia por que se intercalam com o culto a modernidade e ao povo civilizado, representado, no texto, com o chamado do veículo Ford, a ironia textualizada pela retórica poética e supostamente saudosista do tempo em que os tipos da rua, potenciais loucos, espalhavam pela cidade a poesia da desordem e do caos. Contudo, todo o sarcasmo é explicitado quando se fala de como é bom o sabor, o quão inegável, inquestionável e salutar é o gosto do desaparecimento dos tipos da rua, do lugar que antes era de suas pertencas e de suas experiências.

Em *História da loucura* pode-se dizer que se Foucault não faz um elogio à loucura, ou pelo menos da representação da loucura na Renascença, destacará sem dúvida que “[...] ela tinha estado ligada, obstinadamente, a todas as experiências maiores [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 8) desses períodos. Os loucos de Goiânia, vivam, no começo da década de 1940, como os loucos do começo da renascença, com todas os benefícios e os malefícios da rua, eram, pois, livres. Eles faziam parte das ruas, fazia parte da paisagem. Ainda na Idade Média a loucura era um fenômeno presente nas ruas das cidades, os loucos conviviam com as outras pessoas. Quanto à Goiânia, os loucos viviam, guardadas as devidas proporções, na idade média da loucura, em pleno sertão goiano.

Diante desses exemplos de como se encontrava Goiânia na década de 1940, mas também na década anterior, a década de 1950 representa um marco institucional para a questão da loucura, pois esta era tratada basicamente por instituições desvinculadas dos supostos saberes científicos e das premissas racionalistas da época. Os loucos eram atendidos fundamentalmente por instituições de caráter espiritual, filantrópicas ou então eram enviados para o presídio. Nesse cenário, antes de ser efetivamente inaugurado o Adauto Botelho, já existia em Goiânia o Instituto de Saúde Mental Espírita Baturai, desde o ano de 1949 (SANTOS, 2015). Este representava muito mais um aspecto místico do que científico, pela sua vinculação a uma perspectiva religiosa relegada, pela população, a planos secundários, como a doutrina espírita. Nas proximidades de Goiânia, em Anápolis, também já existia, desde 1950 o Sanatório Espírita de Anápolis (PAULA, 2011).

Essas instituições não representavam os ideais herdados da década de 1930, pois, de acordo com eles, “[...] igrejas foram substituídas pelo Estado, cuja arquitetura de poder dispensava a proximidades de casas de oração” o que do ponto de vista do governo “constituía-se em centro de convergência do traçado urbano da nova capital”. Importa salientar também que “De igual modo, entendia-se que ao Estado leigo, e não às instituições confessionais, caberia o papel de guardião da saúde e do bem estar social” (FREITAS, 1999, p. 274).

No ano de 1952, por exemplo, é vinculada a notícia de que o *Adulto* está em estágio avançado de construção: “Não se achando concluído, por circunstâncias especiais, alheias à nossa vontade, o Hospital Colônia para alienados, cuja obra se encontra em adiantado estágio de construção, serviço de Assistência a Psicopatas, de que não descuramos, continua a funcionar no Manicômio (TEIXEIRA, 9/5/1952, p. 9).

Nesse contexto que o Hospital Psiquiátrico Prof. Aduino Botelho é inaugurado em Goiânia, em 1954, financiado pelo Serviço Nacional de Doença Mental e idealizado pelo psiquiatra que lhe dá nome. Esse hospital não é um acontecimento estanque na história da psiquiatria brasileira. Ao contrário, faz parte de um projeto de Brasil que se encontra em emergência desde a década de 1930, como já nos referimos. Esse projeto racional de cuja intenção era ser também científico, é o de “melhoramento”⁵ da raça, da construção de uma

⁵ Sugestiva, importante e pertinente, a reflexão nietzschiana, ao problematizar a ideia de melhoramento, em *O crepúsculo dos ídolos*, traz que: “Sempre se quis ‘melhorar’ os homens: sobretudo a isso chamava-se moral. Mas sob a mesma palavra se escondem as tendências mais diversas. Tanto o *amansamento* da besta-homem como o *cultivo* de uma determinada espécie de homem foram chamados de ‘melhora’: somente esses termos zoológicos exprimem realidades — realidades, é certo, das quais o típico “melhorador”, o sacerdote, nada sabe — nada quer saber... Chamar a domesticação de um animal sua “melhora” é, a nossos ouvidos, quase uma piada. Quem sabe o que acontece nas *ménageries* duvida que a besta seja ali “melhorada”. Ela é enfraquecida, tornada menos nociva; mediante o depressivo afeto do medo, mediante dor, fome, feridas, ela se torna uma besta *doentia*.— Não é diferente com homem domado, que o sacerdote ‘melhorou’” (NIETZSCHE, CI, *Os “Melhoradores” da humanidade*, § 2). O melhoramento é, antes de qualquer coisa, uma noção sobre a moralidade. Trata-se de um típico procedimento moral que estabelece padrões segundo os quais é preciso ajustar aqueles que estão fora desses padrões ditos normais. Vejamos ainda que o próprio Nietzsche fala que a moral tomará outras formas, nas quais ela poderá agir em função desse aperfeiçoamento. Essa premissa aproxima-se daquela segunda a qual, também, Nietzsche critica a ciência como sendo uma nova religião. Nesse sentido, além de pretensos operadores da ciência os psiquiatras e médicos certamente poderiam ser designados como sendo esses novos ascetas. Esses moralizadores cujas religiões e morais agora são outras, ainda assim menos científicas e mais ascéticas. Nas mesmas trilhas se situam as escolas, as prisões, os hospitais, os manicômios. Instituições, os lugares nos quais a moral, travestida de ciência, dos direitos humanos, continua agindo, em função de uma política moral das normalidades. Há, portanto, como sugere o alemão, a negação das formas diferentes do ser agir, de pensar e de sentir. Há ainda o combate ao fora do padrão estipulado pela sociedade. Do mesmo modo apresenta-se a marca da doença no diferente. Além desses aspectos, a crítica nietzschiana nos leva a contestar, por exemplo, o porquê da necessidade de políticas como essas no interior Brasil. De fato, esse é um processo político, aliás, neste contexto, o Brasil varguista é a representação dos ideais fascistas e nazistas. O Estado pretende-se civilizador e purificador, um promotor da “igualdade” e alçoz das diferentes formas de subjetivação e cultivo de si.

sociedade onde prevaleçam os ideais modernos de política e de saúde, para se atender, entre outras coisas, aos princípios do capitalismo emergente e a normalização e moralização dos espaços públicos. Para isso, era preciso que os indivíduos fossem conformados para aquela sociedade, que fossem formatados para ela.

Isso nos possibilita ainda tentar entender como, por meio da ideia de saúde e de seus agentes, especificamente os ligados ao poder médico, contribuem para o entendimento da crítica efetuada aqui sobre a razão e sua pretensão salvadora. A ciência e a moral, ao que parece, apenas determinaram e priorizaram padrões, as vezes até inexistentes, em detrimento das singularidades e subjetivações concretas. A ciência, da maneira problematizada, aqui, tornou-se menos jovial e alegre e muito mais, uma nova moral, uma nova religião.

Nota-se ainda uma espécie de ralação naturalizada do saber médico enquanto ramificação da política. Isso ocorre no caso brasileiro, pois política nacional de Saúde mental é consolidada, por exemplo, em Goiânia com o sentido utópico do programa asilar instituído como política de Estado. Essa utopia vinculada ao sonho de uma sociedade cuja ordem pudesse prevalecer, desemboca na criação do Hospital Psiquiátrico Prof. Aduino Botelho. Esta instituição será construída para atender a demandas do Serviço Nacional de Doença Mental, cuja direção estava a cargo do Psiquiatra Aduino Botelho. A partir do decreto-lei 8.550 de 3 de janeiro de 1946, do Ministério da Educação e Saúde, possibilita-se a criação de convênios com Estados para o aumento da assistência psiquiátrica.

A solicitação ou indicação da abertura do Hospital Psiquiátrico Professor Aduino Botelho significa e representa a sua relação tanto com uma premissa humanista e iluminista do asilo, bem como sua presença no novo cenário moderno de saúde e de trabalho que se estabelece no Brasil desde os anos 1930. Esse caráter, em determinada medida, apresenta a diferença temporal, entre o ocidente e o Brasil. No contexto internacional essa premissa é inaugural é posta por Pinel, quando, no zênite de seu humanismo e de sua razão, retira as correntes dos loucos, mas também defenderá que o louco precisa de um lugar exclusivo. No Brasil, isso dá, de modo mais significativo na transição do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (ENGEL, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se tratou aqui de se discutir se a loucura enquanto agente *a priori* da desordem, mas sim de compreender como ela se tornou, foi construída como algo a ser combatido, com algo que estaria contra o pretendo desenvolvimento da cidade. Se ela precisaria ser combatida, isso quer dizer que ela não precisaria ser apenas curada, e sim evitada. Era preciso, portanto, combater os loucos em potenciais, isto é, todo indivíduo que estivesse afastado de um determinado padrão de comportamento. Ora, então qualquer um poderia ser internado ou visto como um louco em potência?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei N° 8.550**, de 3 de janeiro de 1946. Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a celebrar acordos, visando a intensificação da assistência psiquiátrica no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8550-3-janeiro-1946-416491-publicacaooriginal-1-pe.html>

CASTEL, Robert. **A Ordem psiquiatria: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

CORALINA, Cora. **Estórias da casa velha da Ponte**. São Paulo: Ed. Global, 1984.

ELÍS, Bernado. Andre Louco. In.: _____. **Ermos e Gerais**. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2005.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios** (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Goiânia: locus privilegiado da saúde**. In. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (org.). Saúde e doença em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás. Goiânia. ed. da UFG, 1999

MEIRELES, Marilucia Melo. **Os “bobos” na tradição da cultura de Cidade de Goiás: enigmas e silêncios sobre um tipo característico de figura do povo**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Companhia de bolso).

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos, ou, Como se Filósofa com o Martelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Anais da III Semana de Línguas e Literaturas do Campus Campos Belos. UEG, 2017. p.48-63.

PAULA, Eder Mendes. A construção de André, o louco de Bernardo Élis. In.: **Anais do IV Simpósio Nacional do CIEAA- II Simpósio Nacional de História - I Colóquio da UEG na escola: Educação, História e Saberes do Cerrado: Contextos Étnicos-Culturais e Ambientais em (re)construção.** Universidade Estadual de Goiás, Setembro de 2012.

PAULA, Éder Mendes. **Os Sons do Silêncio:** O louco e a loucura em Goiás. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História da UFG, 2011.

REVISTA OESTE. **Os tipos de rua.** Goiânia, 1942, p. 12.

SANTOS, Segundo Sonia Ribeiro dos. **Salud Mental em Goiânia:** políticas públicas, Prácticas Sociales y Discurso. Tesis doctoral. Universidade Pontificia de Salamanca, Espanha, Madrid, 2015.

SOUSA, Rildo Bento de Sousa. **Pobres, doentes e desvalidos:** o Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935). 2010. Dissertação (Mestrado) – UFG, Goiânia, 2010.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas,** Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal neste estado, 1930-1933. Goiânia, AHEGo, Goiânia, 1933.